



EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação da executada: **BMK PRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA (CNPJ/MF Nº 55.319.255/0001-03) – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** representada pelo Administrador Judicial **BL CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES RIBEIRÃO PRETO LTDA (CNPJ/MF Nº 19.774.274/0001-66)**; bem como dos credores: **EVA DE ARAUJO OLIVEIRA (CPF/MF Nº 369.716.078-80)**, **ALESSANDRO FERREIRA DE MORAES (CPF/MF Nº 046.668.306-50)**, **MARLUCIA MENDES DA SILVA (CPF/MF Nº 010.195.481-69)**, **WANDERLI APARECIDO RAMOS (CPF/MF Nº 082.891.216-52)**, **EDENILSON SILVA DOS ANJOS (CPF/MF Nº 953.478.285-87)**, **ALISSON MACIEL VICENTE (CPF/MF Nº 116.217.936-80)**, **ROBERTO CARLOS TEIXEIRA (CPF/MF Nº 868.902.396-87)**, **ROBSON GERALDO TEIXEIRA (CPF/MF Nº 060.996.566-26)**, **JEFERSON PASSOS VALE (CPF/MF Nº 136.296.558-82)**, **ADRIANA MEDEIROS DE OLIVEIRA (CPF/MF Nº 474.326.403-00)**, **LILIANA DE CAMPOS ELIAS (CPF/MF Nº 308.206.738-70)**, **FERNANDO ALBERTO CAMPOS (CPF/MF Nº 222.420.998-33)**, **ELIZETE PEREIRA DOS SANTOS (CPF/MF Nº 295.350.338-24)**, **UILTON FRANCISCO DUARTE (CPF/MF Nº 290.028.288-88)**, **LUCAS RICARDO DE ALMEIDA FARIAS (CPF/MF Nº 454.646.128-31)**, **MARCELO SANTOS DE JESUS (CPF/MF Nº 130.083.338-69)**, **FERNANDO OLIVEIRA DOS PASSOS (CPF/MF Nº 360.979.138-18)**, **SANDRA PERPETUA BARRETO (CPF/MF Nº 346.938.338-35)**, **ALINE DAURA HENRIQUE SANTOS (CPF/MF Nº 428.815.828-18)**, **LUIS ANTONIO PELEGRINO (CPF/MF Nº 080.043.778-07)**, **VINICIUS FAGUNDES CAMPELO (CPF/MF Nº 037.654.845-20)**, **VITOR WILLIAM JARDIM MARTINS (CPF/MF Nº 335.352.658-78)**, **JULIO CESAR DA SILVA SANTANA DOS SANTOS (CPF/MF Nº 357.098.828-79)**, **MIRALDO MENDES DA SILVA (CPF/MF Nº 295.009.578-09)** e **BRUNA MOTA LONGATTI MARTINS (CPF/MF Nº 350.799.648-04)**.

A MM. Juíza de Direito Dra. Erika Lais Ferreira Portela Vieira, da 1ª Vara Cível – Foro Regional IV – Lapa, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por **HP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA (CNPJ/MF Nº 22.086.683/0001-84)** em face de **BMK PRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA (CNPJ/MF Nº 55.319.255/0001-03)**, nos autos do **Processo nº 1011270-89.2023.8.26.0004**, e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Roma, nºs 173, 175, 181 e 183, Lapa, São Paulo/SP – CEP: 05050-090 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um prédio à Rua Roma, nºs 173, 175, 181 e 183 com 1.000m² de área construída, no 14º subdistrito Lapa e o terreno medindo 10m de frente, por 50m da frente aos fundos, com a área de 500m², confrontando de um lado com Rosina Ransini, de outro lado e nos fundos com Maria Alice de Campos e outros.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	023.020.0089-7 (área maior)	
Matrícula Imobiliária nº	73.809	10º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP

ÔNUS





Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 41	11/04/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001434-70.2020.5.02.0019	Eva de Araujo Oliveira
Av. 42	09/09/2024	Penhora Exequenda	Proc. nº 1011270-89.2023.8.26.0004	HP Brasil Industria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda
Av. 43	17/09/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 0010598-80.2018.5.03.0096	Alessandro Ferreira de Moraes e outros
Av. 44	25/09/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 0001565-45.2013.5.02.0007	Jeferson Passos Vale
Av. 45	26/09/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000511-37.2020.5.02.0086	Adriana Medeiros de Oliveira
Av. 46	28/10/2024	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000054-55.2023.5.02.0003	Liliana de Campos Elias
Av. 47	02/01/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001016-75.2020.5.02.0038	Fernando Alberto Campos
Av. 48	20/03/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001440-45.2022.5.02.0201	Elizete Pereira dos Santos
Av. 49	23/05/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001249-85.2022.5.02.0205	Uilton Francisco Duarte
Av. 50	13/08/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000215-04.2025.5.02.0033	Lucas Ricardo de Almeida Farias
Av. 51	18/08/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000129-43.2025.5.02.0062	Marcelo Santos de Jesus
Av. 52	08/09/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000698-89.2022.5.02.0081	Fernando Oliveira dos Passos
Av. 54	19/09/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001628-16.2024.5.02.0024	Sandra Perpetua Barreto
Av. 55	25/09/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000318-17.2025.5.02.0031	Aline Daura Henrique Santos
Av. 56	22/10/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 10001868-7.2025.5.02.0021	Luís Antonio Pelegrino
Av. 57	25/11/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 0000702-68.2023.5.05.0003	Vinicius Fagundes Campelo
Av. 58	25/11/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000470-74.2022.5.02.0062	Vitor William Jardim Martins
Av. 59	27/11/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000555-03.2022.5.02.0081	Julio Cesar da Silva Santana dos Santos
Av. 60	01/12/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000235-50.2022.5.02.0081	Miraldo Mendes da Silva
Av. 61	01/12/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000285-27.2025.5.02.0031	Bruna Mota Longatti Martins

OBS.01: A executada impugnou as constrições judiciais que recaíram sobre os imóveis, objetivando o reconhecimento de excesso a penhora. A impugnação não foi acolhida (Fls. 489). Houve a interposição de Agravo de Instrumento (nº 2203903-88.2024.8.26.0000), e em sede recursal a r. Decisão foi mantida. Trânsito em julgado em 20.11.2024.

OBS.02: A executada impugnou os valores de avaliação dos imóveis, objetivando uma nova avaliação do bem, sob o argumento de que supostamente o Ilmo. Perito avaliou infimamente os imóveis. A impugnação não foi acolhida e os valores foram homologados. Da decisão não houve recurso.





VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 4.060.000,00 (Fev/2024 – Laudo de Avaliação às fls. 635/683 – Homologação às fls. 851).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 4.418.688,23 (Jan/2026). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Eventuais débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 1.674.055,93 (Jan/2026 – Fls. 1206/1209).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **20 de março de 2026, às 14 horas e 30 minutos**, e se encerrará no dia **23 de março de 2026, às 14 horas e 30 minutos**. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subseqüentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 23 de março de 2026, às 14 horas e 30 minutos**, e se encerrará em **02 de abril de 2026, às 14 horas e 30 minutos**.

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 70% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).





08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.ius.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, o valor de 1% (um por cento) sobre o valor de avaliação atualizado (Decisão às fls. 892/893) conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término





da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

18 – DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Se, por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não se realizar no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 274, parágrafo único, do CPC e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital.

São Paulo, 09 de janeiro de 2026.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. ERIKA LAIS FERREIRA PORTELA VIEIRA
JUÍZA DE DIREITO

